

Malan prevê crescimento acima de 4%

Ministro comemora três anos do Real e diz que o País só poderá crescer com a inflação sob controle

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, previu ontem que a economia terá um crescimento superior a 4% em 1998. Segundo ele, manter a inflação sob controle e proporcionar um crescimento sustentado da economia continua sendo a estratégia do governo no quarto ano do Plano Real, que começa hoje. "É demagógico e charlatão retomar o crescimento com inflação", afirmou Malan, durante teleconferência sobre o terceiro aniversário do plano, que teve a participação de empresários em diversas capitais.

Ao insistir que "a batalha da estabilização ainda não está ganha", Malan reafirmou que a inflação este ano deverá ficar em 7% e "será mais baixa em 98". Com as taxas de crescimento o processo será inverso. Enquanto as estimativas para este ano são de 4%, para o próximo a equipe econômica projeta uma taxa maior. No entanto, o equilíbrio das contas públicas, segundo o ministro, continua sendo um desafio para o governo.

Ao traçar esse cenário, Malan reconheceu que os juros continuam altos, mas apenas o suficiente para manter a inflação sob controle. Em três anos do Real, já houve queda significativa dos juros. As taxas básicas indicadas pelo Banco Central, por exemplo, passaram de 56% ao ano, no início do Plano Real, para 20,7% ao ano atualmente.

Queda - Segundo o diretor de Política Econômica do BC, Francisco Lopes, nos empréstimos para capital de giro os juros saíram de 75% ao ano para 42%. Ele diz que, na continuidade do processo de estabilização, a tendência é que as instituições financeiras reduzam o seu ganho nos financiamentos, o que resultará na queda das taxas de empréstimos, principalmente os destinados às pessoas físicas. Dessa forma a queda das taxas será mais visível.

Dois dos pontos mais sensíveis do Plano Real, as contas externas e a dívida pública, não trazem maiores preocupações ao governo. Segundo Malan, nas contas externas o governo conta com a tranquilidade do financiamento de longo prazo. "Não há trajetória explosiva", assegurou.

Na questão da dívida pública, o ministro da Fazenda atribuiu maior responsabilidade a Estados e Municípios para a redução do endividamento. Ele disse que, na continuidade do trabalho que o governo federal faz para equacionamento das dívidas dos Estados, o objetivo é "tentar dar uma percepção de que é diferente administrar as finanças públicas com inflação e sem inflação".



Chico Lopes, Mendonça de Barros, Loyola, Malan, Pedro Parente, Everardo Maciel e Bolívar Rocha: teleconferência no aniversário do Real

Geraldo Magela

128